

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVAS OBJETIVAS

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Para um governo ser bem-sucedido, é necessário que tenha legitimidade. Ou seja, ele exige que os cidadãos aceitem que os arranjos institucionais são apropriados para eles e que essas instituições farão o que é certo na maior parte do tempo. Assim, quanto mais legitimidade tiver, maior será o seu espaço para agir. Pode-se governar por curtos períodos de tempo sem legitimidade por meio de medidas coercitivas, mas isso é caro — e provavelmente reduzirá ainda mais a legitimidade.

Geralmente pensamos em um governo que alcança legitimidade por meio de procedimentos. Se eleito em uma eleição livre e justa, a maioria dos cidadãos considerará que ele tem legitimidade. Além disso, se os processos pelos quais as leis são feitas e aplicadas forem constitucionais e também forem considerados justos, as leis serão legítimas. Essas bases processuais de legitimidade são importantes, mas não contam toda a história da capacidade de governança do setor público.

Além dos aspectos processuais, o setor público também deve pensar sobre os aspectos substantivos da legitimidade. Existem agora evidências significativas de que ela se baseia, também, no desempenho do setor público na prestação de bens e serviços à população. Um bom governo é visto cada vez mais como fornecedor de boas escolas, bons cuidados de saúde, boas estradas e todos os outros serviços de que a sociedade depende.

Criar e manter a confiança do cidadão, portanto, requer não apenas o bom funcionamento dos governos de acordo com o que prevê a lei, mas também exige que o governo concretize a prestação de serviços públicos. Portanto, instrumentos como a gestão do desempenho tornaram-se mais importantes não apenas na gestão interna, mas também para justificar a própria existência do governo perante seus cidadãos. Os fardos colocados sobre os que tentam governar tornaram-se ainda mais pesados, e as expectativas dos cidadãos, ainda maiores, mas a boa governança pode legitimar as ações do setor público.

B. Guy Peters. *Guia da Política de Governança Pública*. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018, p. 22 (com adaptações).

No que concerne às ideias e aos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue os itens seguintes.

- 1 Da leitura do texto infere-se que a gestão do desempenho ganha relevância externa ao justificar a existência do governo perante seus cidadãos.
- 2 No período "Para um governo ser bem-sucedido, é necessário que tenha legitimidade." (primeiro parágrafo), o sujeito da oração principal está elíptico e refere-se a "um governo".
- 3 Observa-se no texto a predominância da tipologia expositiva, focada na transmissão de informações de forma objetiva, o que afasta traços de subjetividade ou defesa de pontos de vista pessoais.
- 4 No trecho "mas isso é caro — e provavelmente reduzirá ainda mais a legitimidade" (primeiro parágrafo), o travessão, embora dispensável para a correção gramatical do texto, confere ênfase ao trecho que introduz.
- 5 No trecho "Os fardos colocados sobre os que tentam governar tornaram-se ainda mais pesados, e as expectativas dos cidadãos, ainda maiores", a vírgula imediatamente após "pesados" justifica-se pela coordenação de duas orações longas e independentes e deveria ser obrigatoriamente suprimida se a forma verbal "tornaram-se" estivesse explícita na última oração do trecho.
- 6 No trecho "serviços de que a sociedade depende" (terceiro parágrafo), a substituição da forma verbal "depende" por **almeja**, embora preservasse a correção gramatical, alteraria o sentido original do texto.
- 7 No trecho "Os fardos colocados sobre os que tentam governar tornaram-se ainda mais pesados" (último parágrafo), o termo "fardos" alude às dificuldades e exigências inerentes à capacidade de governança e aos aspectos substantivos da legitimidade discutidos anteriormente no texto.
- 8 De acordo com o texto, a confiança do cidadão no setor público exige do governo cumprimento legal estrito e prescinde da prestação concreta de serviços públicos para ser mantida.
- 9 Seriam preservados os sentidos e a correção gramatical do texto caso o período "Essas bases processuais de legitimidade são importantes, mas não contam toda a história da capacidade de governança do setor público." (segundo parágrafo) fosse reescrito da seguinte forma: **Conquanto essas bases processuais de legitimidade sejam importantes, não contam toda a história da capacidade de governança do setor público.**
- 10 No trecho "aspectos substantivos da legitimidade" (terceiro parágrafo), o termo "substantivos" está empregado como adjetivo e tem o mesmo sentido de **essenciais** ou **concretos**.
- 11 Na oração "Existem agora evidências significativas" (terceiro parágrafo), a substituição da forma verbal "Existem" por **Podem haver** manteria a correção gramatical do texto, mas alteraria seu sentido original, uma vez que o emprego da locução verbal introduziria ideia de probabilidade.
- 12 No trecho "instituições farão o que é certo" (primeiro parágrafo), o vocábulo "o" poderia ser substituído por **aquilo**, sem prejuízo dos sentidos e da correção gramatical do texto.

Segundo estimativa apresentada em 2020 pela Forbes Finance Council, em 2050, mais de 68% da população mundial deverão viver em ambiente urbano. Isto posto, é consenso que as cidades devem estar preparadas para oferecer os melhores serviços e condições de vida a seus cidadãos. Dessa forma, entende-se que o contexto de cidades inteligentes está atrelado ao próprio desenvolvimento urbano sustentável e socioeconômico dos municípios.

Além disso, as iniciativas voltadas para cidades inteligentes podem impactar positivamente os países em desenvolvimento. Dessa forma, entende-se que o Brasil precisa posicionar-se e definir a sua capacidade de atuação nesse mercado como um agente ativo de inovação e de mudanças e não como um agente passivo que utilizará os modelos e as soluções de outros países. Há de se considerar também, para o caso do Brasil, sua diversidade urbana, cultural e socioeconômica, variáveis de forte influência para o desenvolvimento da estratégia brasileira para cidades inteligentes.

A estruturação de uma agenda governamental e estratégica voltada para o tema é fundamental para o país, a fim de impulsionar a competitividade do mercado pela participação de empresas instaladas no Brasil e, assim, promover o crescimento sustentável dos municípios.

Ministério do Desenvolvimento Regional. **Caderno Cidades Inteligentes:** Estratégia para Implementação da Carta Brasileira de Cidades Inteligentes. PNUD/EY. Brasília, 2021, p. 15 (com adaptações).

Considerando aspectos linguísticos do texto precedente e as ideias nele veiculadas, julgue os itens a seguir.

- 13 Estariam garantidas a correção gramatical e a coerência do texto caso o segmento "mais de 68% da população mundial deverão viver em ambiente urbano" (primeiro parágrafo) fosse reescrito como **mais de 68% da população mundial deverá viver em ambiente urbano**.
- 14 Infere-se da leitura do texto que a consolidação das cidades inteligentes envolve não apenas a expansão tecnológica, mas também a definição de estratégias capazes de orientar o desenvolvimento urbano diante de contextos socioeconômicos distintos.
- 15 Combinam-se no texto elementos textuais predominantemente argumentativos e descritivos.
- 16 No primeiro parágrafo, a expressão "Isto posto" funciona como elemento de sequenciação textual que retoma a informação anterior bem como estabelece relação de conclusão e continuidade argumentativa.
- 17 É correto entender o último período do segundo parágrafo como um argumento em defesa do posicionamento ativo do Brasil no mercado das iniciativas voltadas para cidades inteligentes.
- 18 Em "é consenso que as cidades devem estar preparadas" (primeiro parágrafo), o termo "consenso" se classifica como adjetivo e indica uma opinião individual do autor, funcionando como marca de subjetividade discursiva.
- 19 No trecho "Dessa forma, entende-se que o Brasil precisa posicionar-se" (segundo parágrafo), a ênclise do pronome "se", em sua primeira ocorrência, justifica-se pela sua proximidade com o vocábulo "que" e, na segunda ocorrência, pelo modo infinitivo do verbo "posicionar".

- 20 No trecho "Há de se considerar também, para o caso do Brasil, sua diversidade urbana, cultural e socioeconômica" (segundo parágrafo), o segmento "Há de se considerar" poderia ser substituído por **Devem-se considerar**, sem prejuízo da correção gramatical e da coerência das ideias originais.
- 21 No trecho "como um agente passivo que utilizará os modelos e as soluções de outros países" (segundo parágrafo), a oração "que utilizará os modelos e as soluções de outros países" explica a expressão "agente passivo".
- 22 Estariam preservadas a correção gramatical e a coerência das ideias do último parágrafo caso ele fosse assim reescrito: É fundamental para o país, a estruturação de uma agenda governamental e estratégica voltada para o tema, com fins de trazer competitividade para o mercado e promover o crescimento sustentável dos municípios, por meio da participação de empresas instaladas no Brasil.

No que se refere aos ambientes Windows e Microsoft Office, julgue os próximos itens.

- 23 O Excel pode ser utilizado para hospedar uma base de dados com até 50 colunas, independentemente da quantidade de registros, pois não há limite de linhas que podem caber em uma planilha.
- 24 No Windows 11, o usuário pode acessar a ferramenta Gerenciamento de Disco seguindo o seguinte caminho: Painel de Controle → Ferramentas do Windows → Gerenciamento do Computador.
- 25 No Excel, o símbolo de ponto de interrogação (?) pode ser utilizado caso se queira localizar apenas um caractere, enquanto o asterisco (*) pode ser utilizado caso se queira localizar um ou mais caracteres.

A respeito de redes, Internet e *intranet*, julgue os itens que se seguem.

- 26 Ao configurar o *firewall* em uma organização, o administrador pode estabelecer uma DMZ, que ficaria dentro do perímetro de segurança da rede e que poderia permitir tráfego específico de dados.
- 27 Em uma organização, as redes de Internet e de *extranet* devem utilizar as mesmas credenciais para acesso a *sites* internos e externos.
- 28 VPNs utilizam redes privadas de comunicação, o que garante a segurança dos dados que trafegam nesse tipo de rede.

Acerca de segurança em computadores, julgue os próximos itens.

- 29 Enquanto o vírus precisa ser acionado por um usuário, o *worm* é um *malware* que se autorreplica e se propaga pela rede sem nenhuma interação.
- 30 Considere um conjunto de dados cuja quantidade de registros permaneça imutável no decorrer de seis meses e do qual são efetuadas cópias de segurança no fim de cada mês. Considere, também, que o último *backup* realizado antes desse período de seis meses tenha sido do tipo incremental. Nesse caso, o tipo de *backup* que ocupará menos espaço para copiar esse conjunto de dados é o diferencial.

A respeito de *cloud computing* e de *cloud storage*, julgue os itens a seguir.

- 31 A elasticidade de uma aplicação executada em nuvem refere-se à sua potencial capacidade de utilizar os recursos adicionais colocados à sua disposição.
- 32 O tipo de armazenamento em nuvem chamado de *block storage* organiza dados em grandes volumes, que são utilizados por provedores de armazenamento em nuvem com o objetivo de dividir os dados entre vários nós de armazenamento.

Acerca de aspectos relativos à ética e aos seus princípios, bem como a *compliance* na administração pública, julgue os itens a seguir.

- 33 No processo de *compliance*, o princípio *tone at the top* representa o papel crucial da alta administração das organizações, que deve agir em conformidade com as regras e liderar pelo exemplo, a fim de disseminar o compromisso com a integridade na cultura organizacional.
- 34 O campo de análise da ética é amplo e universal, não sendo voltado ao estudo do costume regional e de povos específicos a partir de visões segmentadas.
- 35 A ética como ciência ocupa-se da análise da atuação instintiva do ser humano a partir de sua avaliação como boa ou ruim.
- 36 Na administração pública, os princípios éticos constituem-se apenas de orientações fluídas para o exercício da função pública, sendo desprovidos de força normativa cogente.
- 37 No serviço público, *compliance* é definido como o dever de todo servidor público de prestar contas do seu trabalho para a sociedade e de se responsabilizar pelos seus atos no ambiente de serviço.

A respeito da ética no setor público e das relações entre ética, democracia e exercício da cidadania, julgue os itens subsequentes.

- 38 Os códigos de ética servem de guia e padrão de conduta para os servidores de órgãos públicos, podendo, inclusive, conter disposições que não estejam expressamente previstas em lei.
- 39 O cumprimento rígido das normas legais pelo servidor público no desempenho de sua função é, por si só, insuficiente para assegurar o valor ético do exercício da atividade pública.
- 40 O recebimento de vantagem financeira pelo agente público, mesmo que de forma indireta, é indispensável para a configuração do conflito de interesse no desempenho da função pública.
- 41 A transparência e a prestação de contas no setor público contribuem para o fortalecimento da cidadania, auxiliando o controle realizado pela sociedade organizada em relação ao desempenho das políticas públicas.
- 42 O desenvolvimento e o reconhecimento da ética no setor público têm contribuído para a adoção de mecanismos impessoais para a tomada de decisões com base na lei, em detrimento de uma cultura patrimonialista.

Os kariri-xocó vivem um acentuado problema em sua produção: o esvaziamento de formas tradicionais de geração de renda. O povo kariri-xocó é uma sociedade cuja sustentação fundava-se na pesca, na agricultura, no artesanato na área de cerâmica e na venda de força de trabalho. A primeira encontra-se prejudicada pelas transformações no rio de São Francisco, e a segunda, pela falta de recursos destinados à produção agrícola. A cerâmica, por sua vez, vem sofrendo interferências da concorrência industrial, restando apenas a venda da força de trabalho na colheita de arroz para os proprietários de terras da região, mas que, agora, inclusive, está ameaçada pela mecanização, que aos poucos vem sendo introduzida.

Luiz Sávio de Almeida. *As ceramistas indígenas do São Francisco*. In: *Estud. av.*, v. 17, n.º 49, dez/2003, p. 255 (com adaptações).

A partir das informações apresentadas no texto e com relação ao papel do rio São Francisco na economia do estado de Alagoas e ao patrimônio histórico-cultural alagoano, julgue os itens a seguir.

- 43 A produção de cerâmica entre os kariri-xocó, considerada patrimônio cultural, é uma atividade ancestral carregada de significado religioso que compete sobretudo aos homens.
- 44 Além do impacto sobre a pesca, a crise hídrica do rio São Francisco, caracterizada pela baixa vazão, reduziu o seu alcance geográfico e afetou a circulação de mercadorias, impactando a economia estadual.
- 45 A introdução do alumínio e do plástico na produção de utensílios domésticos representou concorrência industrial à cerâmica produzida no baixo São Francisco.

Território anfíbio. É assim que Alagoas é reportada pelos seus mais ilustres narradores, de Gilberto Freyre a Otávio Brandão. Uma terra dilatada pelas águas: de lagoas, canais, pequenos rios, pântanos e manguezais, do imponente São Francisco e do Atlântico, os dois últimos servindo-lhe de limite de contenção — rumo ao sul das terras brasílicas, rumo ao além-mar. Posteriormente, quase no meio desse território, foi instalado o núcleo de povoamento, qual seja, a vila de Santa Maria Madalena e depois, bem próximo a ela, a cidade de Maceió, atual capital do estado.

Maria Angélica da Silva *et al.* *Caminhos das águas, caminhos de terra: trilhando o território alagoano através dos mapas nos primeiros séculos coloniais*. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, 2018, p. 3.

No que diz respeito ao território do estado de Alagoas, julgue os itens que se seguem.

- 46 Estabelecido nas proximidades do porto de Jaraguá, o povoado que deu origem à capital do estado, Maceió, só se tornaria vila e cidade no período republicano, tendo-se elevado à sede da província de Alagoas apenas em 1839.
- 47 Quando de sua independência em relação a Pernambuco, em 1817, Alagoas foi instituída como comarca, com autonomia política e jurisdição própria.
- 48 No período colonial, o território que hoje corresponde ao estado de Alagoas, que pertencia à capitania de Pernambuco e era rota para a capitania da Bahia, representava, na perspectiva da divisão política, uma região distante dos núcleos urbanos de ambas as capitanias citadas.
- 49 No século XVII, a região de Alagoas, onde as condições geográficas eram desfavoráveis à produção canavieira, manteve-se incólume à invasão neerlandesa no Nordeste, que impactou a produção de açúcar na região sul da capitania de Pernambuco.
- 50 No cenário da resistência à escravidão, os quilombos alagoanos foram estabelecidos em terras de mata fechada, de difícil acesso através das águas e distantes das zonas habitadas.

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

No que se refere à composição do patrimônio público, julgue os itens seguintes.

- 51 As dimensões temporais de presente, passado e futuro são essenciais para a caracterização de um item como ativo patrimonial.
- 52 Saldo patrimonial e resultado patrimonial são conceitos equivalentes que expressam o patrimônio líquido da entidade.
- 53 Para que um item seja classificado como um passivo, basta que ele seja uma obrigação presente, fruto das iniciativas da entidade no passado.

Em relação às variações patrimoniais, julgue os itens subsequentes.

- 54 O evento que, não sendo derivado da distribuição de recursos aos proprietários, provoque a redução da situação patrimonial líquida de determinada entidade caracteriza-se como uma variação patrimonial quantitativa diminutiva.
- 55 Considera-se realizada a variação patrimonial aumentativa quando um terceiro qualquer, ainda que não contribuinte, assume o compromisso firme de realizar futuramente um pagamento a um ente público em razão da ocorrência de determinado fato gerador.
- 56 Considere que, para prestar determinado serviço, um ente público requeira da contraparte o pagamento antecipado de certo valor. Nesse caso, verifica-se uma variação patrimonial qualitativa.
- 57 Suponha que um passivo de determinado ente público deixe de ser exigível, sem que, para tanto, seja necessário qualquer sacrifício de recursos do ente público. Nessa situação, verifica-se a reversão de uma variação patrimonial quantitativa diminutiva.

Julgue os itens a seguir, relativos à mensuração de ativos.

- 58 Considere que um sistema informacional gerado por determinado ente público seja avaliado, pela relevância das informações geradas para a sociedade, em R\$ 1 milhão, valor equivalente a outros sistemas similares encontrados no mercado. Considere, ainda, que a expectativa de utilização desse sistema seja de 10 anos e que não haja registro ou controle dos custos incorridos no desenvolvimento desse sistema. Nessa situação, o valor de avaliação do referido sistema deve ser utilizado para seu registro inicial no patrimônio do ente público.
- 59 Suponha que a vida útil de um bem no valor de R\$ 2 milhões colocado em uso no primeiro dia de determinado ano seja estimada em 5 anos pelo ente que o adquiriu. Suponha, ainda, que, sendo usual que 5% do custo inicial seja reservado a título de valor residual, o ente opte pelo uso do método da soma dos dígitos crescente para o cálculo da depreciação do ativo. Nesse caso, ao final do terceiro ano de depreciação, o valor contábil líquido do bem será de R\$ 1,24 milhão.
- 60 O ativo será objeto de redução ao valor recuperável se o seu valor contábil exceder o seu valor recuperável e se for um ativo gerador de caixa, sendo vedada, devido à subjetividade da mensuração, a utilização desse método para ativos não geradores de caixa.
- 61 Um ativo obtido pelo ente público por meio de transação sem contraprestação deve ser mensurado, inicialmente, pelo seu valor justo.

A respeito de provisões e passivos contingentes, julgue os itens que se seguem.

- 62 Havendo materialidade, o valor da provisão deve ser descontado pela taxa de juros adequada, para refletir o valor presente da obrigação.
- 63 Suponha que um ente governamental viole uma lei ambiental, mas não haja certeza da existência de dano real ao meio ambiente. Nessa situação hipotética, verifica-se um passivo contingente, não devendo ser realizado registro patrimonial.
- 64 Provisões passivas e provisões ativas diferem entre si, principalmente, no que diz respeito ao impacto sobre o patrimônio do ente público e aos critérios de mensuração.

Acerca da apuração de custos no setor público e do plano de contas aplicado ao setor público (PCASP), julgue os itens a seguir.

- 65 As contas contábeis do PCASP são identificadas por uma estrutura numérica de 10 dígitos, distribuídos em 8 níveis de desdobramento, a fim de garantir a padronização nacional e o detalhamento analítico obrigatório.
- 66 O PCASP está estruturado de acordo com quatro naturezas de informações: orçamentária, patrimonial, fiscal e de controle, sendo a natureza de controle responsável por registrar os limites de gastos com pessoal e dívida consolidada.
- 67 A obrigatoriedade de implementação de um sistema de custos no governo federal surgiu após a adoção das normas internacionais de custos no Brasil, a partir da publicação das NBC TSP pelo Conselho Federal de Contabilidade.
- 68 A definição de custo se refere ao consumo ou à utilização de recursos para a geração de bens ou serviços, enquanto a perda representa o consumo anormal e imprevisível.
- 69 Para ser útil e compreensível ao usuário, a informação de custos deve levar em consideração as características qualitativas de relevância, representação fidedigna e comparabilidade.

A respeito dos atributos da informação contábil, da demonstração das variações patrimoniais (DVP) e dos balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, julgue os itens subsequentes.

- 70 A DVP tem, no setor público, função semelhante à cumprida pela demonstração do resultado do exercício (DRE) no setor privado, servindo como o principal indicador de desempenho e eficiência da gestão pública em termos patrimoniais.
- 71 O quadro principal do balanço patrimonial deve apresentar os ativos e passivos detalhados em nível analítico, sendo vedada a utilização de níveis sintéticos, para garantir a transparência absoluta dos bens.
- 72 O objetivo principal do balanço financeiro é evidenciar a apuração do superávit ou déficit financeiro do ente público, utilizando-se para isso o indicador de superávit financeiro (ISF), presente em todas as contas de natureza patrimonial.
- 73 Atributos da conta contábil são características próprias que a distinguem de outros elementos do plano de contas e são decorrentes estritamente das normas legais orçamentárias e financeiras.
- 74 O balanço orçamentário tem por finalidade demonstrar as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, sendo sua estrutura composta pelo quadro principal, pelo quadro da execução de restos a pagar não processados e pelo quadro da execução de restos a pagar processados.

Conforme as normas contábeis relativas à demonstração dos fluxos de caixa (DFC), à consolidação das demonstrações contábeis, às transações no setor público e à despesa pública, julgue os itens que se seguem.

- 75** No registro contábil das transações das entidades públicas, o contador deve considerar as dimensões jurídica, econômica e patrimonial do evento, assegurando que, em situações de conflito, a essência econômica da transação prevaleça sobre a sua forma legal.
- 76** As despesas orçamentárias correntes e de capital seguem um fluxo de execução pelos estágios legais de empenho, liquidação e pagamento, conforme preconizado pela Lei n.º 4.320/1964.
- 77** A consolidação das demonstrações contábeis no setor público consiste na agregação de saldos de diversas entidades para gerar macro agregados, sendo necessário excluir as transações recíprocas para evitar a duplicidade de valores e possibilitar uma visão global dos resultados.
- 78** A DFC deve apresentar entradas e saídas de caixa, bem como equivalentes de caixa do período, devendo esses fluxos ser obrigatoriamente classificados em operacionais, de investimento ou de financiamento, com a devida indicação das fontes de geração de fluxos de entradas de caixa.

Julgue os itens a seguir, relativos a receita pública, créditos adicionais e fonte ou destinação de recursos.

- 79** As receitas públicas percorrem as etapas de previsão, de lançamento, de arrecadação e de recolhimento, sendo indispensável a etapa do lançamento.
- 80** A fonte ou destinação de recursos corresponde à categoria econômica da receita, razão por que sua função principal é distinguir receitas correntes de receitas de capital.
- 81** Os créditos adicionais suplementares e especiais dependem de prévia autorização legislativa e de indicação dos recursos correspondentes, e os créditos extraordinários são destinados a despesas urgentes e imprevisíveis.
- 82** As receitas provenientes de alienação de bens e de amortização de empréstimos são classificadas como receitas de capital, ainda que seu ingresso produza aumento das disponibilidades financeiras do ente público.

A respeito de suprimento de fundos, restos a pagar, despesas de exercícios anteriores, bem como da Conta Única do Tesouro Nacional, julgue os itens seguintes.

- 83** Embora a Conta Única do Tesouro Nacional centralize as disponibilidades financeiras, essa centralização não afasta a necessidade de controle das vinculações legais ou constitucionais dos recursos.
- 84** O suprimento de fundos pode ser concedido a servidor que tenha deixado de prestar contas de suprimento anteriormente recebido, desde que a despesa seja urgente e de pequeno vulto.
- 85** Restos a pagar decorrem de despesas empenhadas e não pagas até o encerramento do exercício financeiro, sendo classificados como processados quando a despesa já foi liquidada, e como não processados quando a despesa ainda não foi liquidada.
- 86** As despesas de exercícios anteriores correspondem às despesas empenhadas no exercício anterior e regularmente inscritas em restos a pagar, desde que o pagamento ocorra no exercício seguinte.

Julgue os itens que se seguem, relativos à NBC TSP – Estrutura Conceitual e à despesa com pessoal.

- 87** Considere que determinado estado em que haja tribunal de contas dos municípios tenha apurado receita corrente líquida de R\$ 90.000.000.000 e despesa total com pessoal do Poder Executivo de R\$ 44.400.000.000. Nessa situação hipotética, para fins de apuração dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa total com pessoal do Poder Executivo corresponde a 49,33% da receita corrente líquida, percentual superior ao limite prudencial e inferior ao limite máximo aplicável ao Poder Executivo estadual.
- 88** Os relatórios contábeis de propósito geral das entidades do setor público têm como objetivo principal demonstrar o cumprimento do orçamento aprovado, não se destinando à prestação de contas nem ao suporte à tomada de decisão.
- 89** Relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade são características qualitativas da informação contábil de propósito geral das entidades do setor público.

No que se refere a provisões, estoques e créditos adicionais de ente público, julgue os itens subsequentes.

- 90** Suponha que determinado ente público tenha previsão atualizada de receita orçamentária de R\$ 42.000.000 e arrecadação efetivamente realizada, ao longo do exercício, de R\$ 45.600.000. Suponha, ainda, que tenham sido abertos créditos extraordinários no valor de R\$ 900.000, no mesmo exercício. Nessa situação hipotética, para fins de abertura de créditos suplementares ou especiais com fundamento no excesso de arrecadação, o valor líquido disponível será de R\$ 3.600.000.
- 91** Para o reconhecimento de provisão, deve haver obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de evento passado, probabilidade de saída de recursos para liquidar a obrigação e possibilidade de estimativa confiável do valor da obrigação.
- 92** Considere que uma entidade pública mantenha estoques destinados à distribuição gratuita, cujo custo registrado seja de R\$ 150.000. Considere, ainda, que o custo corrente de reposição desses estoques seja de R\$ 120.000 e que o valor realizável líquido seja de R\$ 130.000. Nessa situação hipotética, os estoques devem ser mensurados, de acordo com a NBC TSP 04, por R\$ 120.000.

Com base nas regras de reconhecimento, mensuração e evidência de ativos intangíveis no setor público, julgue os seguintes itens.

- 93** Suponha que, com o objetivo de modernizar a imagem do estado, a Secretaria de Planejamento estadual tenha gerado internamente uma nova "marca de governo" e uma lista estruturada de usuários dos serviços estaduais para campanhas de comunicação. Nesse caso, os referidos itens devem ser reconhecidos como ativos intangíveis visto que têm potencial de serviços futuros.
- 94** Caso um estado receba, por meio de transação sem contraprestação (doação), o direito de uso perpétuo de uma base de dados geográficos de uma organização internacional, seu custo inicial na data da aquisição deve ser mensurado pelo seu valor justo.

O estado X possui dois ativos significativos em seu balanço patrimonial, conforme descrito a seguir.

Ativo A: edifício utilizado como sede da Secretaria de Educação do referido estado, onde funcionam as divisões administrativas. O prédio não gera fluxos de caixa comerciais, pois sua função é puramente administrativa e de prestação de serviços públicos gratuitos.

Ativo B: frota de ônibus utilizada para serviço de transporte executivo estadual, sendo cobradas tarifas de mercado, com o objetivo principal de gerar lucro para sustentar a expansão da malha viária local.

Ao final do exercício de 2025, houve um incêndio parcial que afetou ambos os ativos e, como consequência, suas capacidades operacionais foram reduzidas. Diante disso, verificou-se a necessidade de realização do teste de recuperabilidade (*impairment*).

Considerando a situação hipotética precedente, bem como o disposto na NBC TSP 09, que trata da redução ao valor recuperável de ativo não gerador de caixa, e o disposto na NBC TSP 10, que trata da redução ao valor recuperável de ativo gerador de caixa, julgue os itens seguintes.

- 95** Indicadores de desvalorização, como a obsolescência ou o dano físico, são obrigatórios para o teste de redução ao valor recuperável do ativo B, mas facultativos para o ativo A, uma vez que este último não visa à obtenção de lucro.
- 96** Para o ativo B, o valor em uso deve ser determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados, conforme a NBC TSP 10, ao passo que, para o ativo A, o valor em uso não é aplicável, por ser ele um ativo não gerador de caixa.

A respeito da demonstração dos fluxos de caixa (DFC) no ambiente do setor público, julgue os próximos itens, conforme o disposto na NBC TSP 12.

- 97** No caso de pagamento de prestação de empréstimo bancário que compreenda tanto o montante do principal quanto os juros incorridos, ambas as parcelas devem ser classificadas como atividade de investimentos.
- 98** Caso uma entidade pública realize a aquisição de um ativo sem que haja qualquer desembolso imediato de numerário, essa operação não deve ser incluída na DFC, mas deve ser divulgada em notas explicativas às demonstrações contábeis para fornecer as informações relevantes sobre as atividades de investimento e financiamento.

Determinada entidade pública estadual apresentou suas demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2025. Para fins de transparência e conformidade normativa, foram reportados os seguintes dados e procedimentos:

(i) regime adotado: o orçamento foi aprovado e executado, com base na receita arrecadada e na despesa empenhada, e o balanço patrimonial e a demonstração das variações patrimoniais foram elaboradas segundo o regime de competência;

(ii) comparação orçamentária: devido à diferença de regimes, a entidade optou por apresentar a comparação entre os valores orçados e realizados em demonstração contábil adicional separada, em vez de em colunas adicionais;

(iii) comparativo de anos anteriores: para poupar espaço e focar no exercício atual, a entidade não apresentou a comparação dos valores realizados do período anterior (2024) com o orçamento de 2025.

A partir da situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir, relativos à apresentação de informação orçamentária nas demonstrações contábeis.

- 99** A entidade cometeu um erro de conformidade ao omitir a comparação dos valores orçados e realizados do exercício de 2024, visto que as normas contábeis exigem, como regra geral de apresentação, a divulgação de informação comparativa a respeito do período anterior.
- 100** Como o orçamento e as demonstrações contábeis não foram elaborados em base comparável (receita arrecadada/despesa empenhada *versus* competência), a entidade agiu corretamente ao apresentar a comparação por meio de demonstração adicional, sem o uso de colunas adicionais nas demonstrações contábeis existentes.

No que concerne a políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro no setor público, julgue os próximos itens.

- 101** Os erros de períodos anteriores, como incorreções matemáticas ou interpretações incorretas de fatos, devem ser corrigidos retrospectivamente no primeiro conjunto de demonstrações contábeis publicadas após sua descoberta, a menos que seja impraticável determinar os efeitos do erro.
- 102** Quando, em decorrência da complexidade das operações no setor público, for difícil determinar se uma alteração representa uma mudança na política contábil ou uma mudança na estimativa contábil, ela deve ser tratada, de acordo com a norma vigente, como uma mudança na estimativa contábil.
- 103** Caso uma entidade decida alterar voluntariamente uma política contábil para que as demonstrações forneçam informação mais relevante, ela deve aplicar essa mudança de forma prospectiva, de forma a afetar apenas as transações que ocorrerem após a data da alteração.

No que diz respeito ao novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB), julgue o item seguinte.

- 104** Na composição do referido fundo, no âmbito de cada estado e do Distrito Federal, a base de cálculo de 20% incide não apenas sobre o produto da arrecadação direta de impostos como ITCD, IPVA e ICMS, mas também deve contemplar as receitas da dívida ativa tributária relativa a esses impostos, bem como os juros e as multas eventualmente incidentes sobre eles.

Com base no disposto na Lei Complementar n.º 178/2021, que estabelece o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal e o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF), julgue os itens subsequentes.

- 105** O Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal pode estabelecer limites individualizados para contratação de dívidas, de acordo com a capacidade de pagamento do estado apurada conforme metodologia definida pelo Ministério da Economia.
- 106** As liberações de recursos das operações de crédito autorizadas no âmbito do PEF condicionam-se ao cumprimento das metas do referido plano e dos limites de despesa com pessoal; contudo, em virtude da natureza emergencial do ajuste, é livre a destinação dos recursos liberados, que podem ser utilizados, inclusive, para o pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais.

Durante processo de revisão de seu planejamento estratégico, uma organização redefiniu sua missão, estabeleceu uma nova visão de longo prazo e realizou uma análise SWOT, por meio da qual identificou limitações internas em sua estrutura organizacional. A partir disso, a alta administração promoveu ajustes na alocação de recursos, redefiniu responsabilidades e passou a acompanhar sistematicamente os resultados, com base em indicadores previamente estabelecidos.

Com base nessa situação hipotética e nos conceitos de processo administrativo, julgue os itens seguintes.

- 107** O acompanhamento sistemático de resultados com base em indicadores caracteriza a função de controle, que, nesse contexto, se concentra na verificação do desempenho organizacional sem interferir nas etapas anteriores do processo administrativo.
- 108** A redefinição de responsabilidades e a realocação de recursos, após a revisão do planejamento estratégico, evidenciam a independência da função de organização em relação às diretrizes estabelecidas no planejamento.
- 109** As fragilidades identificadas na estrutura organizacional podem ser enquadradas como fraquezas na matriz SWOT e podem demandar ajustes na função de organização, de modo a alinhar os recursos e as responsabilidades às estratégias definidas no planejamento.
- 110** A redefinição da missão organizacional tende a influenciar a formulação de objetivos estratégicos e a orientar decisões relacionadas à organização e à direção.

No contexto da gestão organizacional contemporânea, ferramentas como análise competitiva, planejamento em diferentes níveis, administração por objetivos (APO), BSC (*balanced scorecard*) e processos decisórios são utilizadas de forma integrada, assim como a formação de redes e alianças estratégicas para ampliação da capacidade competitiva das organizações. A respeito da gestão organizacional, do BSC, da APO e das redes e alianças entre organizações, julgue os itens a seguir.

- 111** Ao incorporar indicadores financeiros e não financeiros, o BSC permite a tradução da estratégia organizacional em objetivos e medidas de desempenho, mostrando-se compatível com abordagens como a APO, que enfatiza o alinhamento entre metas organizacionais e individuais.
- 112** No âmbito da análise competitiva, a adoção de estratégias genéricas, como liderança em custo ou diferenciação, pode ser operacionalizada por meio do desdobramento em planos táticos e operacionais, garantindo-se coerência entre o posicionamento estratégico da organização e a execução das atividades organizacionais.
- 113** As redes e alianças estratégicas reduzem a complexidade do processo decisório organizacional, uma vez que a cooperação entre organizações diminui a necessidade de negociação de interesses e de adaptação estratégica contínua.

A respeito da estrutura organizacional e da departamentalização, julgue os seguintes itens.

- 114** A estrutura matricial caracteriza-se pela unidade de comando, na qual cada colaborador responde a um único gestor, o que reduz conflitos de autoridade e simplifica o processo decisório.
- 115** Ainda que possa apresentar limitações no que se refere à integração entre áreas, a departamentalização funcional favorece a especialização técnica e a padronização de processos, sendo particularmente adequada em organizações que demandem elevada eficiência operacional.
- 116** A departamentalização por produtos é muito vantajosa para a integração entre áreas, pois reduz a duplicidade de recursos organizacionais, uma vez que centraliza as atividades em unidades autossuficientes voltadas para cada linha de produto.

No que concerne ao comportamento organizacional, julgue os próximos itens.

- 117** A motivação no ambiente organizacional decorre predominantemente de fatores externos como recompensas financeiras, que, apesar de coexistirem com outras formas de motivação, ainda são as principais fontes de engajamento de longo prazo.
- 118** A compatibilidade entre os objetivos individuais e organizacionais tende a favorecer a motivação e o desempenho dos colaboradores, sendo a liderança um elemento fundamental para promover esse alinhamento por meio da influência sobre o comportamento dos indivíduos.

Em uma organização pública, duas equipes responsáveis por áreas distintas passaram a apresentar dificuldades de comunicação e divergências quanto à execução de tarefas compartilhadas. Ao perceber o aumento de tensões e a queda no desempenho, o gestor responsável promoveu reuniões de alinhamento, incentivou o diálogo entre os membros das equipes e buscou compreender as diferentes percepções envolvidas no conflito, com o objetivo de construir soluções conjuntas.

Considerando essa situação hipotética e conceitos relativos a competência interpessoal e gerenciamento de conflitos, julgue os itens subsequentes.

- 119** A intervenção do gestor deve visar à eliminação do conflito organizacional, que, disfuncional por natureza, deve ser evitado para a garantia da eficiência e da motivação das equipes.
- 120** A atuação do gestor no conflito narrado evidencia competência interpessoal, uma vez que ele busca compreender diferentes perspectivas e promover o diálogo, contribuindo para a gestão construtiva do conflito e para a melhoria do desempenho organizacional.

Espaço livre
